

O PODER POLÍTICO NO REINO NGOYO UM ESTUDO SOCIOLÓGICO ¹

Carlos Serrano

A imagem que o mundo ocidental tem legado da África é a do continente isolado, exótico, integrado na História com a chegada dos europeus. A visão etnocêntrica dos "outros" nas descrições dos navegantes, traficantes e missionários seiscentistas até a análise cientificista dos exploradores do século XIX deu-nos a conhecer uma sociedade estática, homogeneizante, nos primeiros estágios de uma evolução unilinear.

A análise detalhada do processo que opõe os homens entre si e estes como um todo em oposição aos "outros" os "de fora", parece poder tornar explícitas as mudanças de caráter histórico que ocorreram nas sociedades africanas. Este é o motivo de se optar neste trabalho pela análise do sistema político de uma dada sociedade: o Reino Ngoyo, e do processo etno-histórico desenvolvido desde a sua emergência até sua desintegração.

Resumidamente, são os seguintes os pontos conclusivos deste trabalho:

— O Reino Ngoyo, pelas suas origens comuns com os demais reinos vizinhos bem como pelo seu inter-relacionamento espaço-temporal, só pode ser compreendido recorrendo-se às tradições orais comuns e aos fatos que os relacionam.

— O Mangoyo ou Rei de Ngoyo, através de um processo de entronização altamente ritualizado, centraliza em si, toma *Uno* aquilo que se encontra disperso: no mito, as forças vitais que nele se encerram; na unidade político-espacial, os grupos humanos que a constituem: as linhagens.

¹ Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

— O pensamento mítico por um lado e sua situação como reino litorâneo, voltado para o interior do continente levam os Bawoyo a possuírem um aparelho administrativo peculiar baseado na dualidade e geminalidade do poder: um para o litoral que produz, outro no interior (o centralizador) que governa. As linhagens distribuídas espacialmente acompanham de perto este princípio, sendo que a sede destas se situam sempre no interior. Linhagens novas provenientes de recentes migrações ficam próximas da região produtora.

— O Mangoyo e os demais chefes Bawoyo legitimam a sua situação não só ao nível do mito, manipulando o seu discurso, mas também se apropriando de símbolos que façam recordar a seus subordinados a sua situação e seus privilégios. A mecanismos como estes, que poderíamos denominar de não coercitivos, somam-se outros mais eficazes como associação de homens mascarados onde são explicitados princípios de coação física.

— A centralização do poder no Ngoyo e sua hierarquização formal bem como seus aspectos difusos através das diversas esferas sociais são explicados, em última instância, pela apropriação de determinados bens (de prestígio) bem como de sua circulação; condições necessárias à manutenção e reprodução da sociedade.

— O início do tráfico de escravos em África veio produzir a longo prazo uma ruptura no poder tradicional do Reino Ngoyo. Os elementos exógenos — os traficantes — surgem no litoral onde existe um aparelho administrativo paralelo ao do Mangoyo — o Rei — e ao longo do tempo vão capitalizando em seu favor os benefícios deste tráfico, em forma de bens de prestígio. O Mangoyo fica quase marginalizado deste processo por uma série de tabus que o interdita de se deslocar ao litoral. A modificação paulatina de uma economia voltada para as suas necessidades decorre da dependência da economia mercantil dos traficantes e diminui o poder tradicional dos chefes da terra. Criam-se deste modo condições para a ocupação colonial européia em vista da desagregação do Reino.